

2011 é o Ano Internacional das Florestas

As florestas plantadas têm um papel cada vez mais importante em centenas de comunidades de diversos países, diminuindo as desigualdades sociais, gerando emprego e renda e, também, garantindo o fornecimento de insumos para atender às necessidades da população. Fonte de energia renovável de biomassa, elas contribuem expressivamente na absorção de gases causadores do efeito estufa, mitigando os efeitos das alterações climáticas. Essa é a mensagem que a Bracelpa quer destacar no “Ano Internacional das Florestas”, iniciativa global da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Ao eleger as florestas como tema a ser celebrado em 2011, a ONU reconhece que elas são recursos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e essenciais para a sobrevivência do homem”, afirma Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Bracelpa. “É uma oportunidade para o setor de celulose e papel do Brasil se posicionar globalmente, mostrando que tem a maior expertise no uso múltiplo das florestas, das quais extrai produtos e insumos comprovadamente sustentáveis”, completa.

Sob o tema “Florestas para o Povo”, o objetivo da ONU é conscientizar a população mundial sobre a importância das ações de conservação e da gestão sustentável das florestas nativas e plantadas, mostrando que o manejo sustentável é essencial para impedir o agravamento das mudanças climáticas, o desmatamento ilegal e a perda de biodiversidade.

De acordo com a ONU, as florestas abrigam 80% de toda a biodiversidade do planeta, proveem sustento para 1,6 bilhão de pessoas e estocam mais de 1 trilhão de toneladas de carbono. Elas cobrem 31% da área terrestre, sendo que 30% desse total são

florestas para fins industriais, que são fonte de matéria-prima para a indústria de base florestal. A ONU estima que esse mercado movimente mais de US\$ 100 bilhões, por ano, em todo o mundo.

Os plantios florestais fornecem insumos para a indústria madeireira, moveleira, siderúrgica e de celulose e papel. No Brasil, são 6,3 milhões de hectares de florestas plantadas de pinus e eucalipto, dos quais 2,2 milhões pertencem ao setor de celulose e papel que mantém, também, 2,9 milhões de hectares de áreas próprias preservadas. Ao longo de décadas as empresas de celulose e papel do País têm feito investimentos intensivos em pesquisa, buscando melhoramento genético das espécies e aprimorando o manejo florestal. Por isso, essa indústria tem, hoje, as florestas plantadas mais produtivas e de menor ciclo de crescimento do mundo.

O setor de celulose e papel brasileiro gera mais de 115 mil empregos diretos, dos quais 46,8 mil são atividades de silvicultura. “As empresas desenvolvem uma série de ações com jovens profissionais, líderes comunitários, produtores rurais e agências de capacitação em prefeituras, que proporcionam rendimentos para as famílias e fortalecem a economia regional”, explica Elizabeth. As parcerias florestais beneficiam milhares de pequenos produtores, seja pela transferência de tecnologia e garantia de compra da madeira e incentivo de manter outros cultivos agrícolas rentáveis associados ao plantio florestal.

Saiba mais sobre o “Ano Internacional das Florestas” em www.un.org/forests e em www.anodafloresta.com.br.

Editorial



Todos nós, brasileiros, temos de ter a competência de gerir bem os recursos naturais do País para as futuras gerações. Trata-se de uma grande responsabilidade que

exige a busca por soluções para uma complexa equação: promover o desenvolvimento econômico e, também, garantir a conservação do patrimônio ambiental.

Por isso, o novo Código Florestal – o marco legal mais adequado e completo para compatibilizar esses dois movimentos – precisa refletir a busca do consenso e do equilíbrio entre produção e conservação.

Essa premissa norteou o trabalho do Diálogo Florestal durante oito meses em que participamos com organizações socioambientais da elaboração de propostas específicas para o Código Florestal. Foi um aprendizado muito gratificante, principalmente porque mesmo quando havia opiniões distintas, foi possível encontrar um caminho a seguir em nosso objetivo comum: a modernização dessa legislação.

Optamos pela via da sustentabilidade. Assim, as propostas elaboradas pelas empresas de base florestal e organizações socioambientais refletem o interesse por uma legislação florestal que valorize, cada vez mais, o tripé econômico, social e ambiental.

Boa leitura!

José Luciano Penido
Presidente do Conselho Deliberativo
da Bracelpa

Reforço na fiscalização da cadeia do papel imune

“É muito importante que as empresas garantam a correta declaração do papel exportado para o Brasil, assegurando que seus representantes operam de acordo com os procedimentos da legislação brasileira”. Essa é a recomendação da carta encaminhada aos exportadores estrangeiros de papéis de imprimir escrever e de papelcartão que atuam no mercado brasileiro, em mais uma iniciativa da Bracelpa e da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa) para coibir o desvio de finalidade do papel imune, destinado à produção de livros, jornais e revistas.

Além de informar sobre as medidas recentes de fiscalização e controle do uso do papel importado, o trabalho das duas entidades tem o objetivo de reforçar a importância dessas empresas se adequarem imediatamente a essas resoluções. “Queremos mostrar os riscos à reputação das empresas, caso se envolvam em ilícito fiscal por desconhecimento das normas”, explica Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Bracelpa.

A legislação brasileira concede imunidade a impostos que incidam sobre “livros, jornais, periódicos e ao papel destinado à sua impressão”. A medida busca estimular a difusão de cultura e o hábito da leitura, reduzindo o preço final desses produtos, benefício que não é estendido a outras finalidades de uso do papel. Porém, parte do produto declarado para uso editorial vem sendo desviada na cadeia de comercialização. Isso não pode avançar mais”, acrescenta a executiva.

Segundo dados da Bracelpa, em 2010, a atuação ilegal movimentou 620 mil toneladas de papéis de imprimir e escrever e resultou em uma perda estimada de R\$ 411 milhões para os cofres públicos. Sem o pagamento dos impostos devidos, esses papéis desviados competem deslealmente no mercado, com uma vantagem de preços de até 35% em relação ao produto nacional tributado.

A partir de 2009 o governo decidiu reforçar o controle fiscal dessas operações. O primeiro passo foi a criação de uma legislação nacional específica, estabelecendo um registro especial para operações com papel imune, mediante cadastramento empresas junto ao Fisco Federal, além de fiscalização e multas severas em caso de descumprimento da lei.

A segunda medida foi a criação do Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune (RECOPI) no Estado de São Paulo, principal mercado consumidor de papéis para fins editoriais. O RECOPI exige prévia autorização do Fisco Estadual para cada operação com papel imune a fim de que não haja incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre elas. “Nossa expectativa é que a ampliação da fiscalização reduza a ilegalidade e que, finalmente, os produtores nacionais tenham um ambiente de igualdade competitiva”, conclui Elizabeth.

Por um Código Florestal Moderno



Acervo Fibria

Código Florestal: desafio de compatibilizar produção e proteção ambiental

Para contribuir no aprimoramento da nova legislação ambiental do Brasil, empresas do setor de base florestal e algumas das principais organizações socioambientais em atuação no País elaboraram proposta com 16 pontos específicos para a revisão do Código Florestal Brasileiro, em tramitação no Senado. O documento é resultado de um trabalho de oito meses realizado pelo Diálogo Florestal – iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações socioambientais – e seu principal diferencial é a busca de consenso entre os dois setores.

“O Código Florestal precisa olhar para o futuro, criando um arcabouço para explorar as potencialidades do Brasil sem dilapidar seus recursos”, afirma José Luciano Penido, presidente do Conselho Deliberativo da Bracelpa. “As propostas representam uma alternativa consistente para o País. O setor produtivo precisa caminhar sem abrir mão da conservação”, ressalta Marcio Santilli, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA).

Depois do lançamento do documento, em março, a proposta conquistou o apoio do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que também mobilizou seus associados promovendo a adesão de

organizações de diversos setores ao movimento. Na opinião do presidente do Instituto, Jorge Abrahão, “o Código Florestal é o marco legal necessário e adequado para, por meio da busca desse equilíbrio, adaptar o País à realidade das mudanças climáticas e contribuir para a construção de uma economia inclusiva, verde e responsável. As propostas do Diálogo Florestal apontam para essa direção e, por isso, decidimos endossar essa importante iniciativa”.

Na Carta do Diálogo Florestal que apresenta a proposta, os signatários afirmam que o Código Florestal precisa ser “revisado, aperfeiçoado e modernizado, pois a legislação atual ainda é tímida e pouco eficaz na compatibilização entre a produção rural e a proteção ambiental”. Encaminhada a parlamentares, representantes do poder Executivo e de entidades do setor produtivo e de segmentos da sociedade, a Carta destaca a vocação florestal do Brasil e sua relevância no cenário das mudanças climáticas, apontando as florestas plantadas para fins industriais e as nativas como importantes vetores para a promoção do desenvolvimento sustentável do País.

A proposta também teve como base a busca do equilíbrio entre a visão de desenvolvimento das empresas de base florestal, que têm planos de expansão no País para os próximos anos, e a preocupação legítima das organizações socioambientais com a preservação do meio ambiente e da agricultura familiar. Questões como mudanças climáticas, incentivos econômicos para recuperação de áreas, pagamento por serviços ambientais, negócios sustentáveis e uma nova economia verde precisam, segundo o documento, permear a revisão da lei atual.

“O Código Florestal deve atender às demandas de todos os produtores rurais, do agricultor familiar às grandes empresas exportadoras, beneficiando toda a sociedade e dinamizando a economia”, completa Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Bracelpa. “Foi um trabalho bastante produtivo e esperamos ter colaborado com os poderes Legislativo e Executivo”, reforça Roberto Mesquita, diretor do Instituto BioAtlântica e membro do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal.



Mobilização e Parceria

O País precisa de uma legislação florestal “forte, com robustez científica e respaldada por políticas públicas inovadoras e instituições comprometidas com a proteção e ampliação da cobertura florestal brasileira.” Este é um dos principais pontos da Carta do Diálogo Florestal que apresenta as propostas para revisão da atual legislação florestal. O documento também destaca as florestas nativas e as plantadas

bem manejadas, “imprescindíveis para a manutenção e recuperação da qualidade dos serviços ecossistêmicos dos quais dependemos todos: a população, a indústria, a agricultura e a economia.” A Carta do Diálogo Florestal está aberta a novas adesões. Até o fechamento desta edição, as seguintes empresas e organizações socioambientais haviam assinado o documento:

Signatários

EMPRESAS

- Bonet Madeiras e Papéis Ltda.
- BSC – Bahia Specialty Cellulose
- Cambará S.A.
- Celulose Irani S.A.
- Celulose Nipo Brasileira S.A. (Cenibra)
- CMPC – Celulose Riograndense
- Cocelpa – Cia. de Celulose e Papel do Paraná
- Ferrous Resource
- Fibria Celulose S.A.
- Grupo Orsa - Jari Celulose, Papel e Embalagem Ltda
- Hidrotérmica S.A.
- Ibema Cia. Brasileira de Papel
- Iguazu Celulose, Papel S.A.
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- International Paper do Brasil Ltda.
- Klabin S.A.
- Lwarcel Celulose e Papel Ltda.
- Melhoramentos Florestal S.A.
- Miguel Forte S.A.
- Nobrecel S.A. Celulose e Papel
- Norske Skog Pisa Ltda.
- Primo Tedesco S.A.
- Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda.
- Santa Maria – Cia. de Papel e Celulose
- Siderúrgica Alterosa
- Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindixtra)
- Stora Enso Arapoti Ind. de Papel S.A.
- Suzano Papel e Celulose S.A.
- Trombini Embalagens S.A.
- Veracel Celulose S.A.

ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

- Amigos da Terra – Amazônia Brasileira
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG)

- Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (ACEVP)
- Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi/SC)
- Associação dos Fotógrafos de Natureza (AFNATURA)
- Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda)
- Assoc. Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ)
- Centro de Estudos Ambiente Brasil (MG)
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Conservação Estratégica
- Conservação Internacional (CI)
- Fundação Biodiversitas (MG)
- Fundação Relictos (MG)
- Fundação SOS Mata Atlântica
- Grupo Ação Ecológica (GAE/RJ)
- Iniciativa Verde (SP)
- Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Instituto BioAtlântica (IBio)
- Instituto de Manejo e Certificação Agrícola e Florestal (Imaflora)
- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
- Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê)
- Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
- Instituto Ecofuturo
- Instituto Eco Solidário
- Instituto Espinhaço de Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental
- Instituto Floresta Viva (IFV/BA)
- Instituto Guaicuy (Projeto Manuelzão/MG)
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Instituto Terra Brasilis (MG)
- Instituto Xopotó (MG)
- Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri (MG)
- Movimento Verde de Paracatu (MG)

- Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBFEF)
- The Nature Conservancy (TNC)
- Valor Natural
- WWF-Brasil

ORGANIZAÇÕES MOBILIZADAS PELO INSTITUTO ETHOS

- Agropalma
- Alcoa
- Alfredo A. Possebon Filho & Cia Ltda.
- Amata S.A.
- Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S.A.
- Café Faraó Ltda.
- Corpore BR – Gestão de Ativos Imobiliários
- EBCF – Empresa Brasileira de Conservação de Florestas
- ecosSISTEMAS Inteligência para Sustentabilidade
- Embaré Indústrias Alimentícias S.A.
- Firmenich & Cia Ltda.
- Grupo Centroflora (Anidro do Brasil Extrações Ltda.)
- Imagens Educação/Conteúdo e Forma Produções Culturais Ltda.
- Instituto Akatu
- Moraes Leme Consultoria Empresarial
- MUDA Práticas Sustentáveis
- Natura Cosméticos S.A.
- Natureza em Foco – Produtora Multimídia
- PRVS Corretora de Seguros S/S Ltda.
- Quatre Recursos Humanos
- Sama S.A. Minerações Associadas
- Scalare Consultoria em Logística Ltda.
- Sol Meliá Hotels & Resorts
- TerraSistemas Brasil Análise de Sistema Ltda.
- Yázigi



Expediente: Folha da Bracelpa é uma publicação da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). A reprodução das informações do boletim é permitida desde que citada a fonte. **Jornalista responsável:** Sílvia Maiolino – MTb 17.110/SP. **Editores:** Thaís Mattos. **Design gráfico e diagramação:** TCI Art **Tiragem:** 3.000 exemplares **Gráfica:** Printcrom. **Bracelpa** – Rua Olimpíadas, 66 – 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo – SP. Fone: (+55 11) 3018-7800. Fax: (+55 11) 3018-7813. thais@bracelpa.org.br / www.bracelpa.org.br.



BRACELPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL